ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Of. nº 043/2017/RO/NH/GG/RS

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2017.

À Excelentíssima Senhora
Vereadora MARIA HELENA ALVES DUARTE
Presidente da Câmara Municipal de Santana do Livramento
E-mail: setorlegislativo@camaralivramento.rs.gov.br

Assunto: **Governo do Estado**

Senhora Presidente:

1. Ao cumprimentá-la cordialmente, reportamo-nos ao seu Of. nº 029/2017/CM-CT, por meio do qual encaminha voto de repúdio ao Governo do Estado, de autoria do Ver. Germano Camacho, especialmente quanto ao pagamento de salário aos servidores, à segurança pública e à estrutura administrativa.

2. Quanto ao pagamento de salários, informamos que o Estado quitou a folha de janeiro dos servidores do Executivo, até o dia 1º de fevereiro. Funcionários com rendimento líquido de até R$ 8.100,00 por matrícula já estavam com os salários em dia desde o dia 31 de janeiro, o que contemplava 95% dos servidores (ativos, inativos e pensionistas). No mesmo dia foi creditada a segunda parcela do 13º salário de 2016, o que representou o desencaixe de mais R$ 102 milhões. A folha líquida do Executivo mais os encargos somou em janeiro R$ 1,172 bilhão, já considerando cerca de R$ 55 milhões para o pagamento das férias (1/3) de grande parte dos professores.

3. Ressaltamos que, apesar da crise nas finanças públicas estaduais, o governo de José Ivo Sartori vem honrando o compromisso referente a todos os aumentos dado pelo governo anterior. Com o reajuste salarial concedido em maio pelo Governo do Estado, o vencimento padrão dos soldados da Brigada Militar passou a ser de R$ 3.135,32 no Rio Grande do Sul – até abril, era de R$ 2,8 mil. Em janeiro de 2015 o vencimento padrão dos soldados da BM era R$ 2.398,26 e, em maio, R$ 2.623,66. Ainda sobre a área da Segurança, informamos que as primeiras ações do Plano Nacional de Segurança Pública já estão em andamento no Rio Grande do Sul. Duas estruturas da iniciativa, apresentada oficialmente pelo ministro em exercício da Justiça e Segurança Pública, já desenvolvem atividades: o Comitê Executivo Plano Nacional de Segurança Pública e a Coordenação Integrada de Inteligência de Segurança Pública (CIISPE).

4. No que se refere à estrutura administrativa, entendemos que um novo Estado precisa ser constituído – mais eficiente e com um custo que a sociedade possa pagar. O modelo existente tem gerado desequilíbrio financeiro; motivo pelo qual precisamos de coragem para agir com determinação e foco compatível com o mundo moderno. O Plano de Modernização busca esta mudança visando priorizar áreas essenciais como segurança, educação, saúde, programas sociais e de infraestrutura. Somos sensíveis às difíceis mudanças, mas estamos pautados no interesse de mais de 11 milhões de gaúchos.

5. Por fim, salientamos que todas as medidas cabíveis para reter gastos desnecessários estão sendo tomadas. O Rio Grande do Sul precisa dar continuidade, mesmo em futuros governos, às políticas de equilíbrio financeiro e modernização estaduais.

Atenciosamente,

JOÃO CARLOS MOCELLIN
Chefe de Gabinete do Governador